

Evolução Recente da Economia Brasileira e Distribuição da Renda

José Marangoni Camargo

Como citar: CAMARGO, J. M. Evolução Recente da Economia Brasileira e Distribuição da Renda. *In* : CORSI, F. L.; CAMARGO, J. M.; SANTOS, A. D. (org.). **A conjuntura econômica e política brasileira e argentina**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p.105-117. DOI: <https://doi.org/10.36311/2015.978-85-7983-683-1.p105-117>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

EVOLUÇÃO RECENTE DA ECONOMIA BRASILEIRA E DISTRIBUIÇÃO DA RENDA

José Marangoni Camargo

O presente artigo discute a evolução da economia brasileira no período de 2003 e 2014 e a distribuição da renda nos governos Lula e Dilma Rousseff. Apesar dos pilares da política de corte neoliberal terem sido mantidas em linhas gerais nos governos petistas, o cenário externo mais favorável até 2008 e mesmo depois da eclosão da crise econômica e financeira mundial neste ano, que nos afetou com menos intensidade que nos países centrais, possibilitou taxas de crescimento médias superiores às duas décadas anteriores, com efeitos positivos sobre o mercado de trabalho. Internamente, a formulação de um conjunto de políticas sociais, como a recomposição do valor real do salário mínimo e a concessão da bolsa família possibilitaram também um crescimento da renda dos segmentos mais baixos e uma pequena desconcentração da renda, revertendo uma tendência de aumento da desigualdade observada desde os anos 60. Já o cenário mais recente, o desempenho medíocre da economia, com a redução acentuada das taxas de crescimento econômico a partir de 2011, na medida em que as condições macroeconômicas para uma expansão autossustentável não foram criadas, aponta para um esgotamento das políticas de melhoria da distribuição de renda.

Entre 2007 e 2011, a economia brasileira cresceu em média 4,3% ao ano, desempenho este que foi um pouco superior ao da América Latina, enquanto os países centrais apresentaram uma taxa de expansão de apenas 0,5% ao ano neste período. Em 2009, ano em que os efeitos da crise

econômica mundial se fizeram sentir com mais força, o Brasil teve uma queda do PIB de 0,3%, enquanto os países desenvolvidos tiveram um desempenho bem mais negativo. A economia americana sofreu um declínio de 2,6% neste ano, o Japão, -6% e a União Européia, -3,5%. Em síntese, a economia brasileira teve um comportamento que pode ser considerado satisfatório em uma conjuntura internacional desfavorável. Por outro lado, a expansão do PIB do Brasil ficou muito aquém ao das principais economias emergentes, como a China e a Índia. Ainda assim, a evolução da economia brasileira na última década foi bem superior ao verificado nos dois decênios anteriores. Na primeira década deste milênio, o crescimento do PIB foi de 3,6% ao ano em média, o dobro do verificado na década de 80 e 50% maior do que o observado nos anos 90 (Gráfico 1).

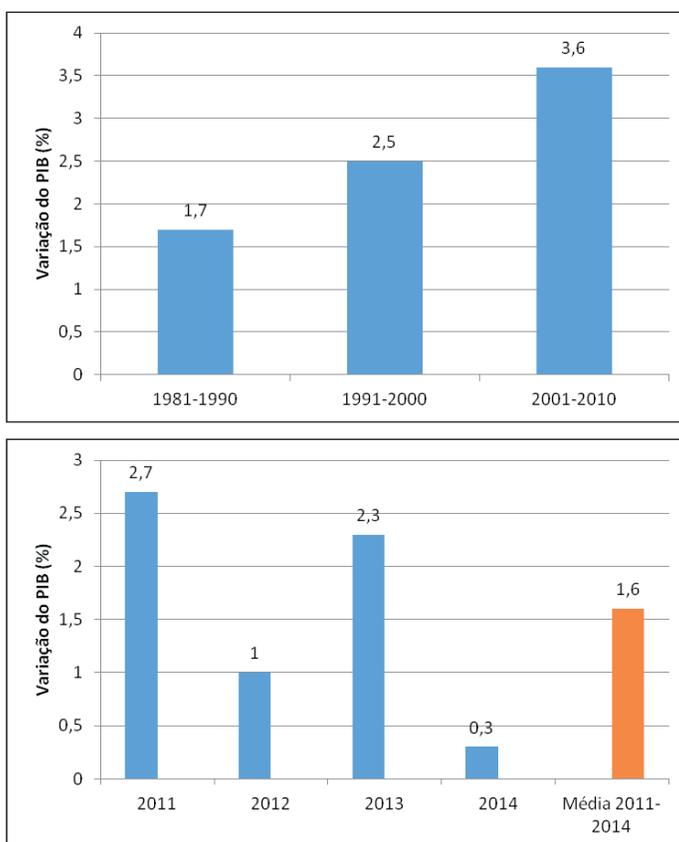


Gráfico 1. Variação média anual PIB brasileiro no período de 1981-2014

Fonte: IBGE (2015).

Esse desempenho da economia brasileira no período recente possibilitou a melhoria de alguns indicadores socioeconômicos, como o comportamento do mercado de trabalho, que continuou a apresentar uma evolução mais favorável. As taxas de desemprego medidas pelo IBGE tiveram uma nítida tendência de declínio a partir de 2004, que caiu de 8,9 % da PEA neste ano para 6,5% em 2013 (Gráfico 2).

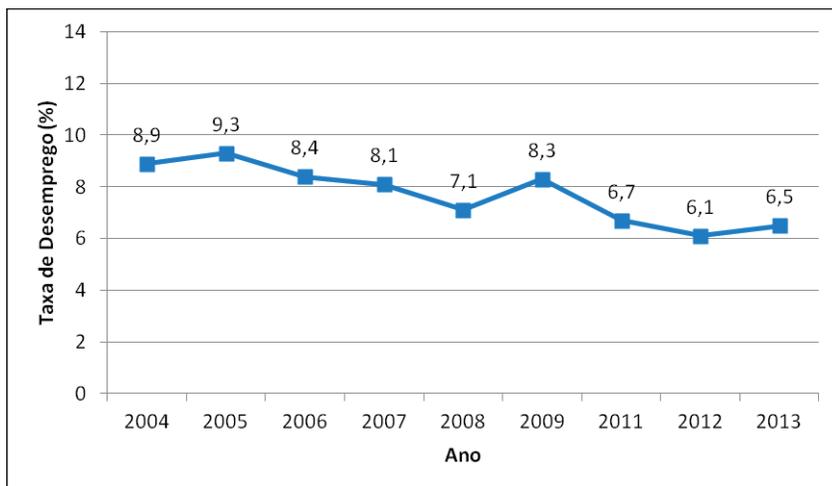


Gráfico 2. Taxa de desemprego, 2004-2013

Fonte: IBGE (2014).

Mesmo em 2009, ano em que o PIB sofreu uma redução, os níveis de desemprego apresentaram pouca alteração (7,1% em 2008 para 8,3% em 2009). O grau de formalização da força de trabalho, ou seja, o percentual das ocupações com carteira de trabalho assinada, também se recuperou no período, mesmo em 2009, aumentando sua participação na ocupação total. Entre 2006 e 2011, os trabalhadores com carteira de trabalho assinada nas regiões metropolitanas passaram de 53,4% para 61,2% do total neste último ano (Gráfico 3). Entre 2003 e 2013, foram criados mais de 15 milhões de empregos formais, reduzindo o grau de informalidade do mercado de trabalho, ao contrário do verificado na década de 90, quando cresceu significativamente a precarização das condições de trabalho, através do aumento das ocupações por conta própria ou sem registro

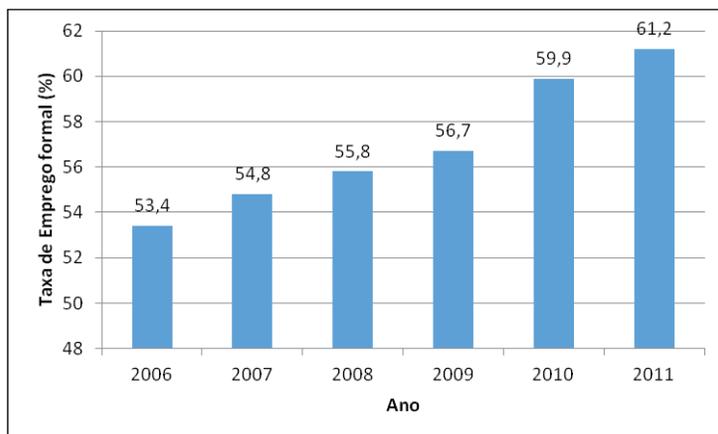


Gráfico 3. Taxa de emprego formal, 2006-2011

Fonte: IBGE (2014).

A partir do Plano Real, em 1994, foi possível superar a inflação inercial, e com o sucesso do plano de estabilização seria esperada uma melhoria no quadro distributivo no país, com o fim da corrosão do poder de compra dos salários decorrentes dos aumentos de preços. No entanto, não foi isso o que ocorreu na medida em que a estabilidade monetária se deu através de uma combinação de rápida abertura econômica, valorização cambial, juros altos e uma avalanche de dólares, em grande parte de caráter especulativo e de curto prazo, que levaram a uma progressiva deterioração das contas externas, perda de competitividade das empresas brasileiras e baixo crescimento econômico. A combinação negativa destas variáveis resultou em efeitos nefastos sobre o mercado de trabalho, com elevação do desemprego, queda dos salários e aumento da desigualdade da distribuição da renda.

A economia brasileira cresceu em média apenas 2,2% ao ano no período 1991-2002, com fortes impactos negativos sobre o mercado de trabalho. As taxas de desemprego alcançaram quase 10% da PEA no final desta década, o dobro do verificado no final da década anterior. Ademais, com o rebaixamento da capacidade de crescimento da economia, ocorreu um expressivo aumento da precarização das condições e das relações de trabalho, com a proliferação dos postos de trabalho por conta própria ou sem registro formal, com rendimentos mais baixos em média. Dessa forma, com o aumento do grau de precarização da força de trabalho e das taxas de

desemprego nos anos 90, os indicadores de distribuição de renda no país apontavam a permanência de um quadro de extrema desigualdade, apesar da estabilização monetária a partir do Plano Real. Em 2000, a participação dos 50% mais pobres na renda pessoal era de apenas 12,7% do total, enquanto o segmento representado pelos 10% mais ricos abocanhava 51,3% do total. A participação dos salários na renda, por sua vez, reduziu-se de 45% do PIB em 1990 para 39,1% em 2003.

MERCADO DE TRABALHO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO GOVERNO LULA

O mercado de trabalho no Brasil apresentou uma forte recuperação na década passada. O crescimento econômico mais expressivo da economia brasileira entre 2003 e 2008 teve impactos positivos sobre o mercado de trabalho, com indicadores mais favoráveis sobre o emprego e a distribuição de renda. Apesar de o governo Lula ter mantido em linhas gerais a política macroeconômica do antecessor, com metas de obtenção de superávits primários e de inflação, taxas de juros elevadas e taxa de câmbio apreciada, o cenário externo mais favorável até a eclosão da crise econômica e financeira mundial em 2007/2008, e um longo ciclo de valorização das commodities no comércio internacional, possibilitaram uma melhoria nas contas externas e diminuíram a vulnerabilidade externa do país, o que permitiu taxas de crescimento mais expressivas. Internamente, o governo Lula adotou um conjunto de políticas expansivas que possibilitaram um padrão de crescimento apoiadas no mercado interno, como os programas de transferência de renda, habitacionais (como o programa “minha casa minha vida”), recuperação gradativa do valor real do salário mínimo e a ampliação do crédito doméstico (BARBOSA; AMORIM, 2014; CORSI; CAMARGO, 2015).

Com taxas de crescimento econômico mais robustas, o mercado de trabalho registrou grande dinamismo no período, com a criação de 7,7 milhões de novos postos de trabalho com carteira de trabalho assinada, o que possibilitou ampliar o grau de formalização do trabalho de 43,1% do total de ocupados no país em 2003 para 54,1% em 2008. Apesar de 90% das novas vagas assalariadas criadas serem de até dois salários mínimos, o rendimento médio real do trabalho principal cresceu, passando de R\$ 986

em 2004 para R\$1.210 em 2009. O bom desempenho do mercado de trabalho no período contribuiu para uma redução da desigualdade de renda da população. O Índice de Gini diminuiu de 0,5957 em 2001 para 0,5448 em 2009 e a participação dos 50% mais pobres na renda total cresceu de 14% em 1999 para 17,7% em 2010, enquanto que a fatia dos 10% mais ricos passou de 46,8% para 44,5% nesse período (Tabela 1). A evolução da participação da renda do trabalho na renda nacional também cresceu, de 39,1% em 2003 para 43,6% em 2010, depois de quatro décadas seguidas de contínuo declínio (Gráfico 4). O desemprego por sua vez, diminuiu de 10,5% do total da PEA para 7,8% em 2008. O comportamento mais favorável do mercado de trabalho, com expansão considerável do emprego formal e dos rendimentos do trabalho, conjugado a uma política de valorização do salário mínimo e de outras políticas sociais como o bolsa família, e a expansão do crédito foram fundamentais para alavancar o padrão de acumulação sustentados sobretudo na ampliação do consumo.

Tabela 1. Distribuição Pessoal de Renda (%), 1960-2010

EXTRATOS	ANO					
	1960	1970	1980	1990	1999	2010
50% mais pobres	17,7	14,9	14,2	11,2	14,0	17,7
40% médios	42,7	38,4	38,1	39,1	39,2	37,8
10% mais ricos	39,6	46,7	47,7	49,7	46,8	44,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
5% mais ricos	27,7	34,1	34,9	35,8	33,4	32,4
1% mais rico	12,1	14,7	14,7	14,6	13,1	13,8

Fonte: IBGE (2010).

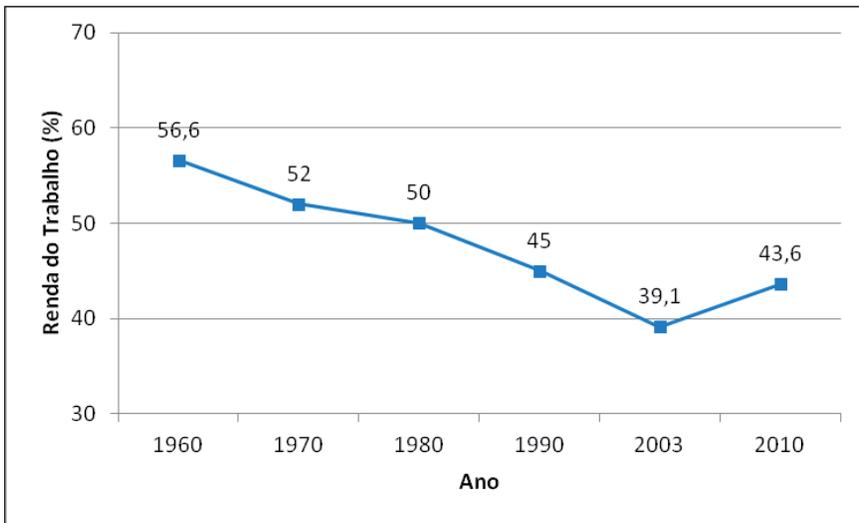


Gráfico 4. Evolução da participação da renda do trabalho na renda nacional, 1960-2010 (em %)

Fonte: IBGE (2015).

No caso do salário mínimo, o poder de compra real em 2009 quase dobrou em relação a 1995, quando ele atingiu o seu patamar mais baixo historicamente, desde que foi criado em 1940. Essa recuperação do valor real do salário mínimo tem um forte impacto sobre a renda, na medida em que, segundo o Departamento Intersindical Estatística e Estudos Sócio Econômicos (DIEESE), mais de 50 milhões de pessoas são beneficiadas pelos seus reajustes, incluindo 19 milhões de aposentados e pensionistas que ganham em torno deste piso. Em 2009, o poder de compra do salário mínimo possibilitava adquirir duas cestas básicas, contra apenas uma em 1995. Os programas de transferência de renda como a expansão da bolsa família, que alcançava 12,3 milhões de famílias atendidas em 2009, beneficiando em torno de 40 milhões de pessoas, em que pese os baixos valores pagos, também garantiu um acréscimo de renda para os segmentos mais pobres. A expansão do crédito, especialmente para os financiamentos imobiliários e para a compra de bens de consumo duráveis, como automóveis e eletrodomésticos, foi outro fator que contribuiu para impulsionar o mercado interno. A relação crédito/PIB passou de 24,6% em 2002 para 44,4% em 2009, refletindo a expansão do consumo e do nível de endividamento

das famílias. No caso do Programa “Minha Casa, Minha Vida” em 2010, após um ano de atividade, atingiu a meta inicial de um milhão de contratações de novas moradias para a população de baixa renda.

No entanto, a manutenção da política macroeconômica de corte neoliberal, caracterizada pelos altos patamares da taxa de juros, a busca pela geração de metas inflacionárias e de superávit fiscal e a valorização do câmbio, em um contexto de continuidade da crise econômica mundial e de acirramento da concorrência internacional, resultou em uma deterioração progressiva das contas externas e a redução dos patamares de crescimento econômico a partir de 2010.

COMPORTAMENTO DO EMPREGO E DA RENDA NO GOVERNO DILMA

A partir de 2011, a economia brasileira entra em uma rota de instabilidade, marcada por taxas mais baixas de crescimento econômico e taxas de inflação mais elevadas (Gráfico 1). Apesar do cenário econômico mais adverso, os indicadores do mercado de trabalho apresentaram ainda uma evolução relativamente favorável até 2013. A taxa de desocupação passou de 8,3% em 2009 para 6,5% em 2013, explicada em parte por um menor crescimento da PEA, e o rendimento médio real de R\$1.210 para R\$1.573 no período. Foram criados quase oito milhões de novos postos de trabalho com carteira de trabalho assinada e o grau de formalização do trabalho passou de 53,8% em 2009 para 59,1% do total dos ocupados em 2013. Observou-se também uma continuidade da redução da desigualdade dos rendimentos, com um novo declínio do Índice de Gini, de 0,521 em 2008 para 0,495 em 2013 (Gráfico 5) e a fatia da metade mais pobre da população passando para 18,6% em 2012 (17,7% em 2009). A renda dos 10% mais ricos, que era mais de 22 vezes superior aos dos 40% mais pobres, passou para 15 vezes em 2013.

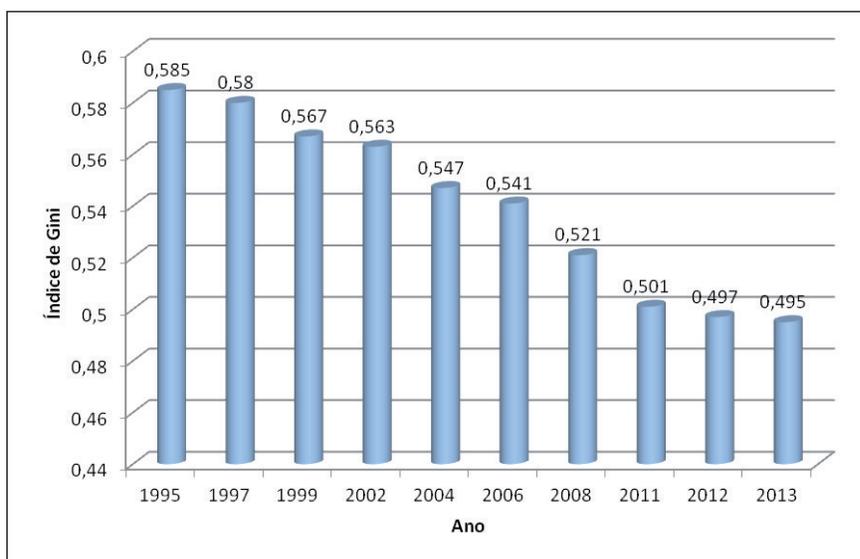


Gráfico 5. Índice de Gin, 1995-2013

Fonte: IBGE (2014).

Os dados disponíveis sobre a distribuição de renda indicam, portanto, um processo de redução das desigualdades de renda, puxados pelo crescimento econômico mais significativo, especialmente até 2008, e pelas políticas de transferência de renda aos segmentos mais vulneráveis da sociedade brasileira. Contribuiu também de forma expressiva para a tendência de menor concentração de renda a continuidade da recuperação do valor real do salário mínimo, que em 2015 encontra-se em um patamar quase 20% maior que o verificado em 2010 (Gráfico 6). No tocante ao emprego, apesar do cenário econômico menos favorável, os indicadores do mercado de trabalho apresentam ainda um comportamento positivo, com taxas de desemprego relativamente reduzidas e a tendência de aumento do grau de formalização da força de trabalho, em parte explicada pela redução do ritmo de crescimento da população economicamente ativa (PEA). Contribuiu também para a manutenção das taxas de desemprego em patamares relativamente baixas o crescimento dos rendimentos do trabalho e as políticas de transferência de renda que possibilitaram a elevação da escolaridade e a entrada mais tardia do contingente de jovens no mercado de trabalho (HORIE; PELATIERE; MARCOLINO, 2014).

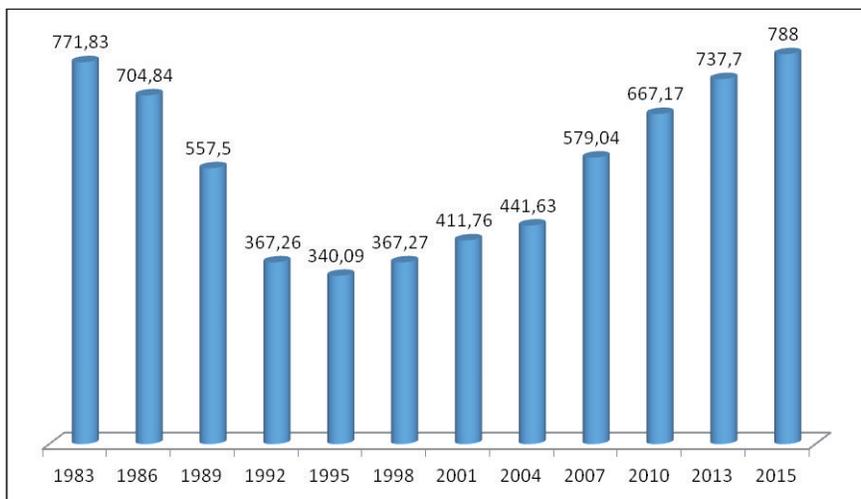


Gráfico 6. Evolução do Salário Mínimo Real Médio Anual em R\$ de 01/01/2015

Fonte: DIEESE (2015).

Apesar dos avanços recentes, os dados sobre a distribuição de renda no Brasil devem ser vistos com cautela. As pesquisas sobre renda realizadas pelo IBGE, como a Pnad e os Censos Demográficos, captam com mais precisão os rendimentos do trabalho, mas tendem a subestimar a renda dos segmentos de maior renda, provindos sobretudo de outras fontes como lucros, juros e aluguéis (BARBOSA; AMORIM, 2014; MEDEIROS; SOUZA; CASTRO, 2014). Em trabalho recente, Medeiros, Souza e Castro (2014), mostram, a partir de indicadores construídos com base nas declarações do Imposto de Renda, que a concentração de renda entre os mais ricos é substancialmente maior que a estimada pelos levantamentos domiciliares, além de estável. Apesar da necessidade, segundo os autores, de aperfeiçoamentos em sua metodologia, os resultados são eloquentes no sentido de apontar a permanência de um quadro de extrema desigualdade de renda no país, onde em média, os 1% mais rico se apropriou de quase 25% da renda no período 2006-2012. Estes dados são corroborados pela elevada concentração da propriedade, pela estrutura tributária regressiva do país e pelo ainda elevado grau de informalidade do mercado de trabalho, de maneira que as desigualdades de renda continuam muito altas, além da

permanência das disparidades no tocante ao acesso ao emprego, educação e saúde, transporte público e habitação de melhor qualidade (BARBOSA; AMORIM, 2014).

Por outro lado, em que pese as taxas de inflação permanecerem relativamente altas e estarem “acima do centro da meta” estabelecida pelo banco Central, apesar do menor crescimento econômico, os problemas centrais da economia brasileira, a meu ver, são de outra natureza, e que podem afetar indiretamente tanto a ocupação como a distribuição de renda. Trata-se das questões referentes ao processo de desindustrialização da economia e a deterioração das contas externas do país e que se agravaram a partir da crise econômica de 2008. Em relação ao primeiro ponto, quando se analisa especificamente a participação da indústria de transformação no PIB, é clara a diminuição do seu peso a partir de 2004, queda esta que se acelera de 2008 em diante (queda de 18,7% em 1995 para 13,0% em 2013). A combinação das políticas de controle da inflação, baseada em elevadas taxas de juros e valorização do câmbio, junto com a abertura comercial que a antecede ocasionaram uma entrada maciça de dólares, em grande medida de caráter especulativo, com impactos sobre a economia brasileira e a estrutura industrial. Ademais, acentuou o desequilíbrio comercial da indústria, sobretudo nos setores industriais de maior valor agregado e intensidade tecnológica. A balança comercial da indústria de transformação, depois de registrar um superávit externo desde 2002 e atingir o maior saldo em 2005, quando o Brasil registrou superávit de US\$ 31,1 bilhões, passa a apresentar resultados menos expressivos a partir de 2006 e se torna negativa em 2008. Este déficit alcança um patamar recorde de quase US\$ 60 bilhões em 2013 (IEDI, 2014). A desindustrialização em curso e a tendência de reprimarização da economia brasileira, no sentido de uma especialização regressiva, tendem a afetar negativamente o emprego e a renda, na medida em que é a indústria o setor que melhor remunera e com maior grau de formalização da mão de obra, *vis a vis* os demais outros setores econômicos.

Uma segunda questão que tem se agravado no período recente refere-se ao aumento da vulnerabilidade das contas externas do país, com uma deterioração da balança de pagamentos, por conta de um expressivo crescimento do déficit da balança de conta corrente, especialmente dos

serviços . Tradicionalmente deficitária, a balança de rendas e serviços tem apresentado saldos fortemente negativos e crescentes nos últimos anos, principalmente por conta da elevação de remessa de lucros das filiais das multinacionais para as suas matrizes, em um contexto de elevadas dificuldades atravessadas por estas empresas a partir da crise econômica em curso desde 2008. Destacam-se também os crescentes déficits na rubrica viagens internacionais, superando US\$ 20 bilhões em 2014. Em ambos os casos, a valorização cambial tem sido um forte indutor no crescimento do déficit na conta de serviços, assim como na redução do saldo da balança comercial no período mais recente, tornando-se inclusive negativa em 2014. A soma do déficit em conta corrente alcançou em 2014 um total de mais de US\$ 90 bilhões, contra um saldo negativo de US\$81 bilhões em 2013, em grande parte coberto pela entrada de capitais externos na forma de investimentos diretos externos (IDE), mas que podem agravar a remessa de lucros e dividendos no futuro. Adicionalmente, a valorização do câmbio e a elevada remuneração dos títulos públicos, já que a taxa de juros básica quase sempre esteve em um elevado patamar no período analisado, também tem atraído capitais especulativos de curto prazo. Estes contribuem para fechar as contas da balança de pagamentos, mas por tratar-se de capitais extremamente voláteis, tendem a regressar rapidamente aos seus países de origem em um contexto de maior instabilidade econômica. Apesar do nível de reservas internacionais do país ser relativamente elevado, da ordem de US\$360 bilhões em fins de 2014, a deterioração progressiva das contas externas podem nos trazer o velho problema da vulnerabilidade externa, colocando constrangimentos para um processo de crescimento econômico mais substancial. É o que de fato vem ocorrendo nos últimos anos, onde o menor ritmo de expansão da economia já tem tido impactos sobre o quadro distributivo, com uma tendência de estagnação da desigualdade de renda no país e as perspectivas desalentadoras para este ano, apontam para um aumento das taxas de desemprego. Como aponta Dedecca (2013), sem um ritmo maior de crescimento econômico, um maior patamar dos investimentos produtivos e o esgotamento das políticas de transferência de renda, aumentam os desafios para superar o quadro de elevada desigualdade que ainda persiste no país. A superação da pobreza e da desigualdade exigem uma combinação de políticas sincronizadas (macroeconômica, de competitividade e comercial) que parecem ter sido abandonadas em fun-

ção dos interesses dominantes do capital financeiro e da implementação de políticas neoliberais que tendem a levar a economia brasileira a um novo ciclo de estagnação econômica.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, A. F.; AMORIN, R. L. C. Desafios para o enfrentamento da desigualdade no Brasil. In: FAGNANI, R.; FONSECA, A. (Ed.). *Políticas sociais, desenvolvimento e cidadania*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014. p. 29-50.

CORSI, F. L.; CAMARGO, J. M. *Crescimento econômico, distribuição de renda e movimentos sociais no Brasil: 2003-2013*. Lisboa: Atas do Primeiro Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa, 2015.

DEDECCA, C. S. *Uma breve nota sobre a complexidade ao desafio da redução da desigualdade e da pobreza segundo a PNAD de 2012*. Campinas: Rede Desenvolvimentista, 2013. (Texto para Discussão, n. 14).

DIEESE. *Política de valorização do salário mínimo: salário mínimo de 2015 fixado em R\$788,00*. São Paulo, 2015. (Nota Técnica, n. 146).

HORIE, L.; PELATIERE, P. T.; MARCOLINO, A. O mercado de trabalho brasileiro recente. *Teoria e Debate*, São Paulo, n. 123, abr. 2014.

IBGE. *Censos demográficos*. Rio de Janeiro, 2010.

IBGE. *Pesquisa Nacional de Amostragem de Domicílios*. Rio de Janeiro, 2014.

IBGE. *Contas Nacionais*. Rio de Janeiro, 2015.

IEDI. *Comércio exterior de bens da indústria de transformação: exportando menos, importando bem mais*. São Paulo, 2014. (Carta IEDI, n. 608).

MEDEIROS, M.; SOUZA, P. H. F.; CASTRO, F. A. *O topo da distribuição de renda no Brasil: primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisas domiciliares, 2006-2012*. Brasília, DF: UNB, 2014. Disponível em: <<http://ssm.com/asbtract=2479685>>. Acesso em: 9 jun. 2014.